

25 JUL 2006

Dívida volta a R\$ 1 trilhão

Dívida Pública

JORNAL DE BRASÍLIA

A dívida pública do governo em títulos cresceu 1,7% em junho e chegou a R\$ 1,016 trilhão, contra R\$ 999,010 bilhões em maio. O aumento ocorreu após dois meses consecutivos de queda, de acordo com nota conjunta do Tesouro Nacional e do Banco Central. O crescimento da dívida ocorreu porque o governo fez no mês passado emissões líquidas de títulos no valor de R\$ 6,5 bilhões, ou seja, emitiu mais papéis do que resgatou.

Em maio, as emissões foram menores devido à volatilidade que atingiu os mercados internacionais. Os investidores estavam preocupados com a trajetória de juro dos EUA e fizeram uma realocação de investimentos, o que, conseqüentemente, causou uma fuga de

capitais de países emergentes e reduziu a demanda por papéis desses países, como o Brasil.

No mês passado, a parcela da dívida que tem rendimento atrelado à Selic, também chamada de pós-fixada, caiu de 48,33% do total para 46,25%. Para dar mais previsibilidade aos pagamentos, é importante para o governo reduzir esse tipo de dívida. Já a parcela da dívida por meio de emissão de títulos prefixados (que têm a correção definida no momento da venda) ficou em 31,45% em junho, contra 29,55% no mês anterior. Nesse tipo de papel, é possível saber antes o quanto se vai pagar no vencimento dos títulos.

Em relação à dívida indexada a índices de preços, o total ficou em 21,73% no mês passado, ante

21,89% em maio. O montante da dívida atrelado ao dólar agora está negativo em 1,44%, levando em conta as operações de "swap reverso" — o governo paga juros e, em troca, recebe a variação do dólar. Com isso, o governo tem créditos a receber em dólar.

Foi registrada no mês passado uma queda no prazo médio das emissões, que passou de 33 meses em fevereiro para 30,2 meses em março. Segundo a nota, essa redução ocorreu por conta da elevada participação de LTNs (Letras do Tesouro Nacional), que são papéis de prazo mais curto. O prazo médio do estoque permaneceu em 29,2 meses. Já a parcela da dívida que vence no curto prazo — em até 12 meses — passou de 40,1% para 41,1%. **(Folhapress)**